COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

PROJETO DE LEI Nº 2.381, DE 2019

Altera o art. 2º do Decreto Lei nº 288, de 28 fevereiro de 1967, que altera as disposições da Lei n. 3.173, de 6 de junho de 1957, e regula a Zona Franca de Manaus.

Autor: Deputado DELEGADO PABLO

Relator: Deputado ÁTILA LINS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.381/2019, de autoria do nobre Deputado Delegado Pablo, altera o caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 288, de 28/02/67, de modo a preconizar que a área da Zona Franca de Manaus, no Estado do Amazonas, passe a compreender a extensão territorial dos Municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga, Manaquiri e Manacapuru. Além disso, revoga os §§ 1º (que associa à área da ZFM um comprimento máximo contínuo nas margens esquerdas dos rios Negro e Amazonas de 50 quilômetros a jusante de Manaus e de 70 quilômetros a montante da cidade), 2º (que considera integrada à Zona Franca a faixa da superfície dos rios a ela adjacentes, nas proximidades do porto ou portos desta, na extensão mínima de 300 metros a contar da margem) e 3º (que permite ao Poder Executivo, mediante decreto e por proposta da Suframa, aumentar a área originalmente estabelecida ou alterar sua configuração dentro dos limites estabelecidos no § 1º) do mesmo dispositivo.

Na justificação do projeto, o ilustre Autor argumenta que sua iniciativa visa a fazer coincidir os limites da Área da Zona Franca de Manaus aos perímetros da Região Metropolitana de Manaus, instituída pela Lei

Complementar do Amazonas nº 52, de 30/05/07, compreendida pelos Municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga, Manaquiri e Manacapuru. Em suas palavras, a proposta tem como objetivo a maior abrangência física legal para a promoção ao desenvolvimento regional dos municípios envolvidos, em face do incremento das atividades econômicas existentes. Lembra que a recente inauguração da maior ponte da Amazônia, a Ponte do Rio Negro, com extensão de 3,5 km, ligando Manaus ao Município vizinho de Iranduba, na outra margem do Rio Negro, demonstra que a integração da Região Metropolitana de Manaus, composta por municípios de ambos os lados do rio, recebeu uma concreta e efetiva contribuição na área de infraestrutura de transporte rodoviário.

O Projeto de Lei tramita em regime ordinário e está sujeito à apreciação conclusiva das Comissões. Foi distribuído às Comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Finanças e Tributação, inclusive para exame de mérito; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Não foram apresentadas emendas durante o prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Chega, para análise desta Comissão, o Projeto de Lei nº 2.381/2019, de autoria do nobre Deputado Delegado Pablo, que altera o caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 288, de 28/02/67, de modo a preconizar que a área da Zona Franca de Manaus, no Estado do Amazonas, passe a coincidir com o perímetro da Região Metropolitana de Manaus, instituída pela Lei Complementar do Amazonas nº 52, de 30/05/07, compreendida pelos Municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo, Careiro Castanho, Autazes, Silves, Itapiranga, Manaquiri e Manacapuru.

O ilustre autor argumenta, com razão, que a ponte Rio Negro, a maior da região, estimulou o desenvolvimento de municípios que antes não tinham acesso direto a Manaus, e configurou uma única e extensa região metropolitana com idênticas funções públicas e serviços de interesses comuns. O desenvolvimento mais equilibrado da área contribuiria para reduzir a pressão sobre a atual região abrangida pela ZFM.

Conquanto isso não tenha sido mencionado pelo autor, essa necessidade de expansão do perímetro da ZFM tornou-se ainda mais aguda com a prorrogação do regime especial da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos. Com efeito, os limites da poligonal do enclave, definidos pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 288/67, inviabilizam a instalação de novas unidades industriais, que conflita com o avanço da urbanização da cidade de Manaus e das áreas de interesse ambiental associadas aos rios – situação que só tende a se agravar nas décadas vindouras.

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 2.381, de 2019.

Sala da Comissão, em 27 de novembro de 2019.

Deputado ÁTILA LINS
Relator